

COLETIVO
RPU
BRASIL



Relatórios
Coletivo
RPU Brasil

Educação, austeridade e discriminação



Expediente

ORGANIZAÇÃO

Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH)

COORDENAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

TEXTO

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Geledés

Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH)

REVISÃO GRAMATICAL E ORTOGRÁFICA

Marília Garcia Boldorini

VERSÃO EM INGLÊS

Punchard Traduções e Assessoria Ltda.

DESIGN GRÁFICO

Tayane da Costa

OBRA DE ARTE

Artista: Larissa Dutra

Relatórios Coletivo RPU Brasil

Submissão Conjunta enviada ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, enquanto relatório paralelo de sociedade civil para assistir ao Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal em sua 41ª Sessão nov. 2022, 4º ciclo do Brasil

2022



Coordenação: Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH
Contato: Plataforma RPU Brasil - iddhrpu@gmail.com
Data de envio: Março de 2022

Sobre o Coletivo RPU Brasil

O Coletivo RPU Brasil é uma coalizão composta por 31 entidades, redes e coletivos da sociedade civil brasileira. Desde sua criação, em 2017, têm realizado o monitoramento dos direitos humanos no país através do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas.

Em 2019, elaborou seu primeiro Relatório de Meio Período, no qual avaliou 163 recomendações das 242 aceitas pelo Brasil neste 3º ciclo. Sendo que destas, 142 foram consideradas descumpridas, 20 parcialmente cumpridas e apenas 1 cumprida.

Em 2020, em razão da pandemia do novo coronavírus, o Coletivo RPU Brasil optou por elaborar um novo relatório, intitulado "Relatório da sociedade civil: Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos no Contexto da Covid-19", cujo objetivo era denunciar aprofundamentos das violações

de direitos humanos que já vêm sendo evidenciadas pelo grupo, bem como para registrar novas violações ocorridas neste momento de crises institucionais, de saúde, econômica em razão, mas não somente, da pandemia de Covid-19.

O Relatório no Contexto da Covid-19 avaliou 190 recomendações, sendo que 142 foram consideradas não cumpridas, 47 parcialmente cumpridas e apenas 1 foi considerada cumprida.

Tendo em vista a participação cívica no processo da RPU, a sociedade civil brasileira participa da elaboração de relatórios paralelos. Para isso, nesta passagem do 3º para o 4º ciclo, o Coletivo RPU Brasil se articulou para avaliar aqui as 242 recomendações aceitas pelo Estado Brasileiro em 2017.



Navegue ***fácil*** *pele documento*

Este é um PDF interativo

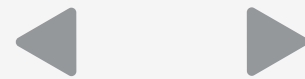


Clique nas setas para avançar
ou retornar a uma página;

[Palavra azul sublinhada](#)

Para conferir um conteúdo externo,
basta clicar no hiperlink como no
exemplo ao lado.

Boa leitura.



Metodologia

Para a realização deste relatório, seguindo metodologia semelhante à dos [Relatórios de Meio Período¹](#) e no [Contexto da Covid-19²](#), o Coletivo RPU Brasil selecionou e avaliou 242 recomendações, divididas em 11 submissões conjuntas, divididos com base em temáticas de direitos humanos e públicos afetados.

Assim, apresenta:

a) as avaliações das recomendações, indicando o grau de cumprimento destas como “Cumprida”, “Parcialmente cumprida” ou “Não cumprida”. Neste último caso, indicando se a temática avaliada, além de descumprida, está também em retrocesso;

b) para cada avaliação, um pequeno texto contendo dados (leis, políticas públicas, publicações oficiais, matérias de jornal, dentre outros) que justificam a avaliação;

c) associação a um ou mais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Esquema de avaliação
das recomendações



Cumprida



Parcialmente cumprida



Não cumprida



Não cumprida e em retrocesso

¹Relatório de Meio Período Sociedade Civil | 3º ciclo da RPU. Relatório de Meio Período.

²Relatório da sociedade civil: Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos no Contexto da Covid-19. Relatório RPU.indd (plataformarpu.org.br)

Relatórios preparados pelo Coletivo RPU Brasil:

1

Saúde e vida digna:

Direito à saúde; Saúde sexual e reprodutiva;

2

Igualdade e não-discriminação de gênero:

Orientação sexual e identidade de gênero; Discriminação contra as mulheres; Violência contra as mulheres; Participação das mulheres na vida política e pública;

3

Defensoras e defensores de direitos humanos e espaços democráticos:

Defensoras/es de direitos humanos; Liberdade de expressão e direito à comunicação; Direitos humanos e antiterrorismo;

4

Crianças e adolescentes e trabalho digno:

Crianças e Adolescentes; Trabalho; Proibição de escravidão; Tráfico de pessoas;

5

Educação, austeridade e discriminação:

Direito à educação; Educação em Direitos Humanos;

6

Redução da pobreza e combate às desigualdades:

Direito à moradia adequada; Direito a um padrão de vida adequado (redução da pobreza e combate às desigualdades); Direitos humanos, água potável e saneamento; Direito à alimentação e nutrição adequadas, Segurança alimentar;

7

Povos Indígenas e Meio Ambiente: *Povos indígenas; Meio ambiente;*

8

Justiça Criminal: Sistema Prisional, Segurança Pública, Tortura:

Execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias; Proibição de tortura e tratamento cruel, desumano ou degradante; Detenção; Administração da justiça e julgamento justo;

9

Migração, refúgio, racismo e (des)igualdades:

Migrantes e refugiadas/os; Racismo; Igualdade e não discriminação; Pessoas com deficiência; Quilombolas;

10

Obrigações e Compromissos com os Direitos Humanos:

Instituições e políticas; Quadro constitucional e legislativo; Aceitação de normas internacionais; Cooperação internacional; Instituição Nacional de Direitos Humanos (NHRI);

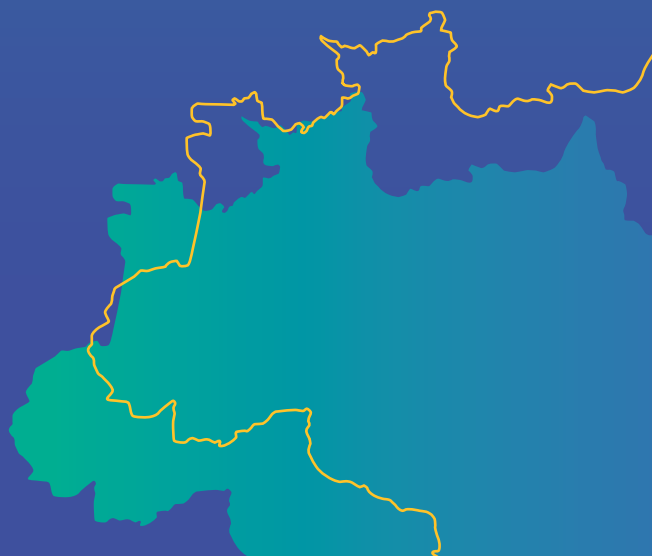
11

Empresas e Direitos Humanos: *Empresas; Direitos Humanos.*

Esperança sob tortura

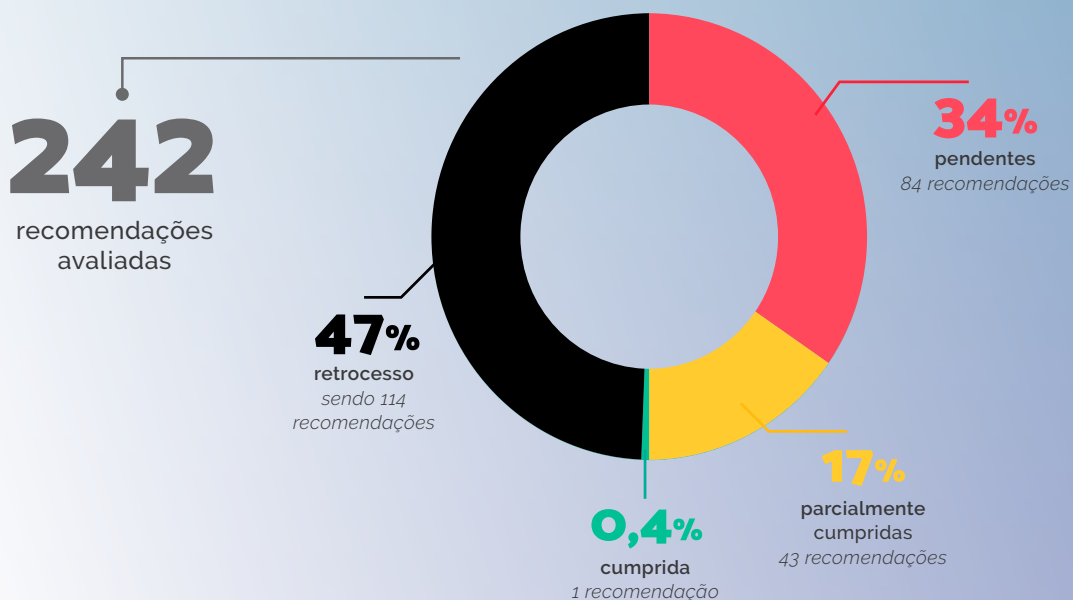
Este relatório do Coletivo RPU Brasil, corrobora com um conjunto de relatórios produzidos pela sociedade civil organizada em 2021. Fundamentados em evidências materiais através de dados oficiais, coletados e sistematizados por organizações não governamentais, mostram um país que retrocede de maneira grave em direitos legalmente assentados e avança em direção à barbárie socioambiental e política, resultado das ações diretas do atual governo federal e de seus aliados em governos subnacionais e no Congresso Nacional. **Através de alianças forjadas em troca da liberação de recursos públicos sem transparência ou critérios republicanos**¹, a política no país é uma farsa com aval institucional que consome os cofres públicos para ampliação de privilégios privados dos eleitos.

¹Orçamento secreto foi de R\$ 16 bilhões em 2021



O Coletivo RPU Brasil este ano avaliou 242 recomendações feitas por países no Conselho de Direitos Humanos da ONU ao Brasil. As análises indicam uma gravíssima situação: quase metade (47%) de todas as recomendações, além de não terem sido postas em prática, **estão em retrocesso**. Ao somar-se a um terço (34%) das que **estão em constante pendência**, chega-se a **80% delas sendo descumpridas**. Somente 17% das recomendações estão sendo implementadas parcialmente e apenas uma tem sido cumprida.

Panorama Geral



Este relatório, portanto, retrata o enfraquecimento da capacidade das instituições públicas em servir à população do país e, em relação à comunidade internacional, mais que um descaso no cumprimento de acordos, indica as violações do Estado brasileiro em relação aos direitos socioeconômicos e ambientais.

Nos capítulos a seguir, apresentamos o desmonte de políticas públicas estruturantes para o Brasil, particularmente aquelas direcionadas às populações em maior vulnerabilidade, e que vinham sendo aprimoradas nas últimas décadas para a redução das desigualdades sociais, raciais, de gênero e econômicas.

Frente aos desafios apresentados, fazemos um urgente chamado para que as instituições democráticas da república revertam os retrocessos em curso, inclusive a gestão comprovadamente inadequada da pandemia do novo coronavírus que já levou à morte, até o fechamento deste relatório, mais de 620 mil pessoas. [A pesquisa do Instituto de Saúde Pública da Universidade de São Paulo em parceria com a organização não governamental Conectas Direitos Humanos²](#), mapeou 3.049 normas, leis e atos administrativos do governo federal durante o primeiro ano da pandemia que mostram a evidente intenção em disseminar o vírus no país, com o intuito de limpeza social, étnica e econômica, levando em consideração o percentual de contingência das “casualidades” não intencionais, demonstrando a lógica do pensamento militar ladino. [Mais uma evidência sobre o anúncio feito pelo próprio presidente em seu discurso de posse de que não teria vindo para construir, mas para destruir³](#).

²Boletim Direitos na Pandemia, nº 10: Mapeamento e análises das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. São Paulo: 20/01/2021. Disponível em: <https://cepedisa.org.br/publicacoes/>

³Bolsonaro: eu não vim para construir nada, estou aqui para destruir – Iser Assessoria; 1.000 dias de infâmia, desmandos e desasossegos | Artigos de Elias Fragoso | Opinião - Jornal Extra de Alagoas

Os dados aqui apresentados, produzidos pelo corpo técnico das instituições públicas em suas áreas, mostram um Brasil em rota de colisão com os acordos e compromissos que construiu e assumiu de promoção, defesa e reparação dos direitos humanos e com a redução das desigualdades. São evidências de um perpétuo estado de exceção como método de administração, gerando perdas de recursos e, pior, de vidas humanas e de ecossistemas.

O Brasil continua sendo um dos países mais perigosos para defensoras e defensores de direitos, em especial, ativistas ambientais, e pessoas trans em todo o mundo. Enquanto escrevíamos este sumário, em janeiro de 2022, [três pessoas de uma família de ambientalistas ribeirinhos no Pará foram executadas](#)⁴, somando-se a uma série de execuções nesse território que seguem sem punição da justiça. Além disso, o país ocupa os quatro piores lugares dos rankings em assassinato de pessoas indígenas, mulheres e gays; com o racismo estrutural do aparato de segurança pública se revelando nas mortes praticadas pela polícia contra jovens, na sua maioria negros e moradores das comunidades mais pobres das metrópoles brasileiras. Além disso, ressaltamos o ataque em curso contra os povos indígenas que viram a violação de seus territórios e direitos crescerem exponencialmente: segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o governo Bolsonaro transformou seu discurso de ódio em política de estado, agravando uma situação que era já bastante frágil como mostrado em outras passagens do país pela RPU: o atual governo trabalha pela não-demarcação de mais territórios indígenas e para flexibilizar a proteção ambiental daqueles territórios já demarcados e homologados.

⁴Ribeirinhos são mortos em chacina em área de desmatamento no PA - 13/01/2022 - Cotidiano - Folha



O país também perdeu em transparência. E não é apenas o certificado de vacinação do Presidente da República que tem sido mantido em sigilo, crescem os esforços para tornar documentos de governo, que deveriam ser públicos, em segredo de Estado. Além do corte de financiamento de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dos mecanismos de levantamento de dados, como o CENSO, registram-se fortes ataques à Lei de Acesso à Informação. Enquanto mostra fragilidade de segurança de dados via o suposto ataque à base do Ministério da Saúde, ou quando o presidente do STF acusa o Presidente da República de vazar senhas de servidores do TSE. Soma-se a isso, a gravíssima violência institucionalizada contra jornalistas e comunicadoras(es) por meio de ameaças, censura, captura ilegal de equipamentos, vigilância, difamação e até violência física. O assunto tem sido matéria de preocupação de organismos internacionais uma vez que o próprio Governo Federal é ativamente responsável por promover e legitimar o desrespeito à liberdade de imprensa.

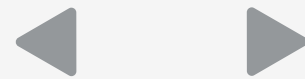
Sequer as crianças escapam do descaso nacional, como indica o aumento da mortalidade infantil no país, e os entraves resultantes da pandemia da Covid-19, que forçou milhões de crianças a ficarem sem aulas devido à dificuldade em acessá-las remotamente. A diminuição dos investimentos nos campos de educação, ciência e tecnologia, contribuem para retrocessos nesses setores e antecipam um impacto de médio e longo prazo no próprio processo de desenvolvimento sustentável. O país segue mergulhado em inúmeras crises, sendo a política a mais aguda de todas, por impedir a adoção de soluções para a estagnação econômica e para duas outras epidemias cognitivas em curso,

que são a do negacionismo científico e da desinformação, onde programas e serviços arduamente conquistadas são questionadas pelos ocupantes do governo com teses ancoradas em fakenews e deturpação da História.

Soma-se a esta situação, a maior vocalização dos grupos sexistas e LGBTQI+fóbicos, alimentados por uma ideologia reacionária, sob a direção de uma gestão governamental de matriz -militar-teocrática-sombria que destitui direitos mediante a desestruturação das políticas públicas voltadas à eliminação da pobreza e redução das desigualdades. Vimos, por exemplo, o crescimento de 54% no número de feminicídios ([que continuam a ser na maioria dos casos praticados por companheiros e ex-companheiros⁵](#)), mas ao invés de proteção, o governo estimula a cultura da violência, promovendo a posse individual de armas e a liberalização da posse.

O contexto é de uma cultura política que alimenta as desigualdades econômicas e o preconceito institucionalmente estigmatizante e violento, inclusive mais xenófobo contra imigrantes da América do Sul e da África.

⁵Anuário do FBSP, 2021: <https://forumseguranca.org.br/anoario-brasileiro-seguranca-publica/>



É este conjunto de ignomínias administrativas que corrói o país desde as instituições à saúde mental de seu povo, que resulta em mais crianças nas ruas com o crescimento do déficit habitacional, do trabalho escravo e infantil, da pobreza extrema, da fome e da insegurança alimentar, da degradação ambiental, da precarização dos serviços públicos de saúde, de educação e da assistência social, dos retrocessos na saúde e direitos reprodutivos, da contínua degradação do sistema prisional e das injustiças cometidas por um sistema judicial estruturalmente comprometido com a preservação das desigualdades e privilégios.

Para reverter este cenário é necessário que o Estado brasileiro volte de fato a defender princípios democráticos, atuando de acordo com a Constituição Federal. Para tal, vale considerar as oportunidades que 2022, ano de eleições para a Presidência da República e para o Congresso Nacional, nos oferece. Apesar dos dados já mostrarem retrocessos que nos fizeram perder décadas de investimento em vários setores aqui analisados, as organizações do Coletivo RPU seguem comprometidas com os direitos humanos e atuando para que o Brasil volte ao caminho do desenvolvimento sustentável, inclusivo e justo para todas as pessoas.

Coletivo RPU Brasil, março de 2022



Avaliações



5 Educação, austeridade e discriminação



Total de recomendações avaliadas

15

0 Cumpridas

0 Parcialmente cumpridas

15 Não cumpridas

0 Não cumpridas e em retrocesso

Obra: Aos meus cuidados: amora, de Etienne Flor.



A **recomendação 69**, que versa sobre a **redução das taxas de homicídio entre homens afrodescendentes, sobretudo através de medidas e programas educacionais**, segue sendo descumprida.

RECOMENDAÇÃO	PAÍS	ODS	AVALIAÇÃO
<p>69. Tomar todas as medidas necessárias para reduzir as taxas de homicídio entre os homens afro-brasileiros, particularmente através de programas educacionais robustos adaptados a suas necessidades, seguindo as recomendações 119.138, 119.154, 119.157, 119.158, 119.159 e 119.160 do segundo ciclo</p>	Haiti		

A violência contra a juventude negra no Brasil atingiu índices alarmantes, inclusive no tocante ao número de mortes¹, e precisando ser enfrentada com políticas públicas estruturadas que envolvam as diversas dimensões da vida como educação, trabalho, família, saúde, renda, igualdade racial e oportunidades iguais para todas/os. Todavia, o governo federal segue ausente de seu papel de coordenação e investimento para reduzir a taxa de homicídio entre a população negra.

Do lado orçamentário a EC 95/2016 tem sido um entrave determinante para o desenvolvimento de programas de prevenção ao homicídio e de educação dirigida a grupos vulnerabilizados. Já do lado da política educacional essa falta de evolução está intrinsecamente relacionada à [falha na implementação da meta 8 do Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#)².

Ainda inexistem programas educacionais voltados para a população negra objetivando prevenir mortes de crianças e adolescentes especialmente entre homens afro-brasileiros. Atualmente existem Comitês de Prevenção de Homicídio contra Adolescentes, mas a política acontece em âmbito local e, por isso, ainda conta com alcance reduzido. Esse cenário reforça a necessidade de atenção e coordenação de esforços para o desenvolvimento de um plano de caráter nacional com o seu devido reconhecimento como política de Estado.

¹Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência de 2017; Atlas da Violência

²Dados fornecidos pelo Balanço do Plano Nacional de Educação, disponível em: https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2021/materiais/BALANCO_PNE_CARTELAS_VF.pdf



As recomendações 151 e 173, e 174 que tratam da **inclusão escolar para grupos afro-descendentes**, seguem não sendo cumpridas.

RECOMENDAÇÃO	PAÍS	ODS	AVALIAÇÃO
<p>151. Elevar os esforços para promover, na legislação e na prática, a inclusão de afrodescendentes no sistema educacional e no mercado de trabalho por meio da implementação de políticas adequadas</p>	Honduras		
<p>173. Elevar a qualidade da educação pública, particularmente para aqueles que vivem abaixo da linha da pobreza, especialmente afro-brasileiros, focando em saúde psicológica e integrando elementos psicossociais a fim de melhorar o ambiente de aprendizado</p>	Haiti	 	
<p>174. Continuar fortalecendo esforços para eliminar a discriminação, incluindo a discriminação racial na educação</p>	Indonésia	 	

Também relativo a meta 8 do PNE, em um cenário de caos generalizado, o Poder Judiciário tem sido o principal meio para garantir a segurança nas escolas em estados como o Rio de Janeiro onde as ações promovidas pelo Ministério Público e Defensoria Pública, ambas estaduais, têm promovido ações no sentido de resguardar o espaço escolar da violência armada da cidade. Outro exemplo dessa realidade é a [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental \(ADPF\) nº 635³](#) enviada ao

Supremo Tribunal Federal com a participação de diversas organizações da sociedade civil como amicus curiae. Ajuizada em novembro de 2019, a ADPF (conhecida como ADPF das Favelas), solicitou ao STF, entre outras medidas, a restrição de operações policiais em perímetros de escolas, creches e serviços de saúde e a proibição da utilização de qualquer equipamento educacional ou de saúde como base operacional das polícias civil e militar.



³Brasil. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635 de 2019**. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5816502>>



Em caso de absoluta excepcionalidade, essas operações precisam ser justificadas pelo comando da força policial em documento enviado ao Ministério Público. A ADPF recebeu liminar favorável do ministro Edson Facchin em junho de 2020 e foi referendada em agosto pelo pleno do Tribunal. Sobre a saúde psicológica de crianças e adolescentes, o Relatório da UNICEF apontou que a ausência de privacidade nas visitas domiciliares e no espaço escolar pode gerar dificuldades para falarem sobre suas vulnerabilidades.



As recomendações **164**, **166**, **167**, **169** e **171**, que tratam sobre o **Plano Nacional de Educação**, não estão sendo cumpridas.

RECOMENDAÇÃO	PAÍS	ODS	AVALIAÇÃO
164. Continuar desenvolvendo a Política Nacional de Atendimento Básico e o Plano Nacional de Educação 2014-2024	Israel		
166. Assegurar o financiamento adequado para a implementação do Plano Nacional de Educação e providenciar relatórios informando os progressos feitos na implementação, a fim de promover a transparência e a prestação de contas	Malásia		
167. Promover esforços com o objetivo de assegurar uma educação inclusiva condizente com os parâmetros do Plano Nacional de Educação 2014-2024, particularmente em áreas rurais	Marrocos		
169. Promover oportunidades educacionais para todas as crianças de acordo com a Declaração de Incheon para a Educação 2030	Coreia do Sul		
171. Dar seguimento à implementação do plano de educação 2014-2016	Sudão		



O Plano Nacional de Educação (PNE)⁴

vem sendo progressivamente substituído por uma série de políticas públicas que vão na contramão do que ele sugere, sobrepondo uma roupagem de políticas de austeridade e redução do papel do Estado, discriminatórias, excludentes, de censura, e de esvaziamento da escola como lugar vivo, democrático, transformador e livre. No contexto da condução irresponsável da crise sanitária, que agrava e prolonga seus efeitos, o cumprimento do PNE torna-se uma meta ainda mais distante tendo em vista a falta de priorização adequada nas pautas governamentais e orçamentárias. Se tal tendência continuar, chegaremos a 2024, final de vigência do Plano, com somente 15% dos dispositivos de suas metas cumpridas.

A tendência que se constrói desse preterimento do PNE é a de um horizonte com o aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais, ameaçando a democratização do ensino público e distanciando a juventude da educação de qualidade, que proporciona desenvolvimento integral das/os estudantes. Além disso, o país enfrenta as consequências de uma série de cortes no orçamento da educação, de uma equivocada gestão financeira na transferência de recursos do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) aos estados e municípios e de uma implementação de políticas antidemocráticas e discriminatórias, como a militarização das escolas, a censura a docentes e a promoção da educação domiciliar (homeschooling).

⁴ Dados fornecidos pelo Balanço do Plano Nacional de Educação, disponível em: https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2021/materiais/BALANCO_PNE_CARTELAS_VF.pdf



As recomendações 149, 165, 168, 170, 172 e 175, sobre educação inclusiva e redução da desigualdade escolar, seguem sendo descumpridas.

RECOMENDAÇÃO	PAÍS	ODS	AVALIAÇÃO
149. Dar continuidade aos esforços de redução das taxas de desemprego, reforçando os programas de treinamento vocacional	Líbia		
165. Continuar a implementar medidas para melhorar a qualidade da educação e reduzir a desigualdade educacional baseada em nível de renda e classe social	Japão		
168. Promover a implementação de uma educação intercultural de alta qualidade	Peru		
170. Dar seguimento à implementação da Declaração de Incheon por uma educação inclusiva e equitativa de qualidade	Turquia		
172. Aumentar os investimentos em infraestrutura educacional e elevar o nível da educação nas áreas rurais	China		
175. Formular planos de educação inclusiva para minorias étnicas, que apresentam altos índices de desistência acadêmica	Paraguai		

[De acordo com o Relatório Luz 2021 da Agenda 2030⁵](#), a pandemia vem agravando as desigualdades estruturais de gênero no Brasil. Um estudo realizado em 2019 com meninas de 15 a 19 anos de idade em catorze países apontou o Brasil como o sexto país com maiores taxas de ansiedade

entre as meninas e constatou que os desafios provocados pelo trabalho infantil doméstico, em especial entre meninas negras, elevam o risco de evasão escolar. O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) aponta que 73,5% do trabalho infantil doméstico são

⁵Disponível em: Relatório Luz 2021. Acesso em 25 out. 2021



[feitos por crianças negras e, 94%, por meninas \(conforme dados de 2017\)⁶](#). A equiparação do status educacional entre as populações negra e não-negra tem progredido mais lentamente. Os resultados evidenciam as desiguais e injustas condições de cidadania encontradas em diferentes grupos da sociedade brasileira⁷, especialmente na realidade escolar.

Adicionalmente, as políticas públicas educacionais apresentam retrocesso ao apresentar projetos como “Escola sem Partido”, ensino domiciliar permanente e exclusivo, gestão revisionista dos crimes raciais históricos do Estado Brasileiro hoje no comando da Fundação Palmares, a ruptura com o compromisso do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre saúde mental e reprodutiva das mulheres e a criminalização do ensino para a diversidade de gênero e raça. Já do lado da política educacional essa falta de evolução na redução das desigualdades está intrinsecamente relacionada à falha na implementação da meta 8 do [Plano Nacional de Educação \(PNE\)⁸](#).

Ainda, a meta 4 do Plano está em xeque pois, desde meados de 2018, persistem as tentativas de revisar ou “atualizar” a [Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva \(PNEEPEI\)⁹](#) de forma a abrir espaço para a manutenção de classes e escolas especiais, retomando uma concepção de educação especial como modalidade substitutiva e não complementar. Essas propostas têm sido veementemente rejeitadas pelos movimentos sociais por retroceder em conquistas que não estão materializadas apenas na PNEEPEI, mas também na Lei Brasileira de Inclusão e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

⁶Dados fornecidos pelo Balanço do Plano Nacional de Educação, disponível em: https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2021/materiais/BALANCO_PNE_CARTELAS_VF.pdf e pelo Relatório Luz 2021, disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf

⁷Os segmentos mais impactados têm sido os integrantes da população negra, indígena e periférica, cujas residências não dispõem de acesso à internet e a luta contra a fome não permite a dedicação aos estudos. Avançam as desigualdades regionais, de raça e classe: na região Norte, apenas 49% dos estudantes receberam atividades escolares, frente a 92% do Sul e 87% do Sudeste; 91% de estudantes do grupo dos 20% mais ricos receberam atividades, participação que fica em 75% no grupo dos 20% mais pobres; 89% de estudantes brancos e brancas do ensino fundamental receberam atividades, mas entre negros esse percentual é de 77%

⁸Dados fornecidos pelo Balanço do Plano Nacional de Educação, disponível em: https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2021/materiais/BALANCO_PNE_CARTELAS_VF.pdf

⁹Dados fornecidos pelo Balanço do Plano Nacional de Educação, disponível em: https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2021/materiais/BALANCO_PNE_CARTELAS_VF.pdf



Recomendações





Educação, austeridade e discriminação **Recomendações**

- 1** Encerrar com as políticas de austeridade e retomar o financiamento massivo público em educação pública;
- 2** Realizar diagnóstico preciso do descumprimento do Plano Nacional de Educação e retomar o foco da política de Estado educacional para o avanço em suas metas;
- 3** Suspender todas as políticas que caminham na contramão do disposto na Constituição Federal de 1988 e na legislação infraconstitucional, como homeschooling, Escola Sem Partido, militarização de escolas, intervenções na gestão democrática das instituições de ensino, entre outras;
- 4** Regulamentar o Sistema Nacional de Educação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e o Custo Aluno-Qualidade, de forma a implementar mecanismos de combate às desigualdades educacionais, regionais e sociais, ao racismo, sexismo, e outras discriminações.



Sobre a obra



Obra: Infância ribeirinha

Artista: Larissa Dutra

Técnicas utilizadas: Acrílica sobre tela

Sobre a obra: É inspirada na fotografia de Meyriane de Mira feita em uma unidade de conservação brasileira de proteção integral da natureza. A intensa ligação entre o corpo e a natureza está evidenciada na obra, personificada na materialização de uma criança amazonense banhando-se nas águas doces do Rio Negro, em meio à floresta

História com a arte: É uma artista experimental cuja trajetória se desdobra sobre diversos objetos, suportes e técnicas, sendo o desenho e a pintura suas linguagens primárias

Saiba mais: <https://amarelo.hotglue.me/?Portf%C3%B3lio/>

Olhares do Brasil

Promovido pelo Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH), a 1ª edição do edital Olhares do Brasil selecionou 10 obras de artistas brasileiros/as para ilustrar as capas de relatórios sobre direitos humanos no país, que serão apresentados em Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2022.

Saiba mais sobre as obras e o edital Olhares do Brasil [aqui](#).





Acesse a plataforma RPU [aqui](#)